

UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DAS PRAIAS URBANAS DE JOÃO PESSOA- PB (BRASIL)

Janyelle Santos, SOARES¹; Rafael Aguiar de; MIRANDA²

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus João Pessoa.
janyellesantos22@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus João Pessoa.
rapha.mrd@gmail.com

Tema: Usos e pressões na zona costeira

RESUMO

As zonas costeiras são regiões de convergência dos ambientes terrestres e marinhos e devido a isso existe uma diversidade de ecossistemas. Esses ecossistemas desempenham um papel importante na ligação e na troca energética entre o sistema terrestre e o espaço oceânico. Nas zonas costeiras também se concentra a maior parte da população, sobretudo as capitais, com um alto nível de expansão urbana. É perceptível evidenciar nas regiões de praias problemas ambientais causados pela ação antrópica, sendo sua maioria, aquela associada à expansão urbana e as atividades turísticas. Desta forma, este resumo apresenta uma identificação e análise dos impactos ambientais existentes nas praias urbanas de João Pessoa – PB (nordeste do Brasil), sendo elas: praia do Bessa, Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, Seixas e Penha. O método de pesquisa utilizado foi à pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, e para a análise e interpretação dos dados, optamos pelo modelo Pressão-Estado-Impacto-Resposta (PEIR), que nos mostra como as ações humanas exercem pressões sobre o meio ambiente e, que dessa forma, alteram a qualidade e quantidade dos recursos naturais. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e registros fotográficos nas áreas de coleta de dados. Como resultados principais, foi identificado o crescimento da especulação imobiliária, redução da cobertura vegetal, produção e deposição inadequada dos resíduos sólidos, lançamento de esgoto pelas galerias pluviais, balneabilidade, fluxo intenso de veículos, processo natural erosivo das falésias costeiras, entre outras formas de pressão ambiental. Por serem territórios especialmente protegidos pela legislação ambiental vigente, o gerenciamento das zonas costeiras compete ao poder público municipal, ou seja, cabe à governança municipal criar, definir, implantar e gerenciar esses espaços, com a finalidade de resguardar atributos especiais da natureza, conciliando a proteção integral da fauna, flora e das belezas naturais com a utilização dessas áreas para objetivos educacionais, recreativos e científicos, de acordo com o Código Municipal de Meio Ambiente, através da Lei Municipal Complementar de 29 de agosto de 2002. Os impactos ambientais causados pela expansão urbana são de responsabilidade da população, do poder público e do setor privado. Ambos devem incumbir-se, através de comitês gestores estabelecerem compromissos, objetivos e metas a serem cumpridas em favor da preservação das zonas costeiras, neste caso as praias. Com a finalidade de melhorar as condições existentes nesses espaços, devem-se criar, prioritariamente, projetos de reestruturação do sistema de coleta de esgoto e das galerias de águas pluviais, em conjunto com programas de educação ambiental voltado para redução, reutilização e destinação correta dos resíduos produzidos nas praias.

Palavras-chave: impactos ambientais; expansão urbana; gestão costeira.